



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.292-A, DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Acrescenta parágrafo § 3º, ao art. 42, da Lei Federal nº 8. 213, de 24 de julho de 1991, para garantir a concessão de aposentadoria por invalidez ao trabalhador rural incapaz de exercer a sua atividade; tendo parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. ROGÉRIA SANTOS).

NOVO DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O art. 42, da Lei nº 8. 213, de 24 de julho de 1991, fica acrescido de parágrafo 3º, com a seguinte redação:

Art. 42 -

“§3º - Será devida aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, ao segurado especial, de que trata o art. 11, inciso VII, desta lei, considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade rural.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A aposentadoria por invalidez, conforme a legislação previdenciária vigente é concedida apenas quando o segurado é considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de uma atividade qualquer que lhe garanta a subsistência.

Assim, muitos trabalhadores rurais vêm-se, atualmente, impossibilitados de terem acesso ao benefício, pois, segundo as perícias realizadas pelo INSS, poderiam desempenhar outra atividade qualquer, ainda, que totalmente distinta da que exerciam.

Destaque-se o fato de que as decisões judiciais recentes tem sido unânimes no sentido de reconhecer esse direito aos trabalhadores rurais.

Desta forma, se apresenta necessária e oportuna que seja concedida aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, aos segurados especiais (trabalhadores rurais que exercem sua atividade em regime de economia familiar) quando forem considerados incapazes para o exercício da sua atividade rural.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2015.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

Vice-Líder

PDT/RS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção V Dos Benefícios

Subseção I Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida: [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995\)](#)

a) ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias; [\(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999\)](#)

b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias. [\(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999\)](#)

§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999\)](#)

§ 3º [\(Revogado pela Lei nº 9.032 de 28/4/1995\)](#)

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.292, DE 2015

Acrescenta parágrafo § 3º, ao art. 42, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir a concessão de aposentadoria por invalidez ao trabalhador rural incapaz de exercer a sua atividade.

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.292, de 2015, proposto pelo Deputado Pompeo de Mattos, tem como finalidade adicionar um novo parágrafo ao art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer o direito à aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, para o segurado especial que for considerado incapaz e impossibilitado de se reabilitar para o exercício de atividade rural.

Na justificativa do projeto, o autor destaca que a legislação atualmente concede a aposentadoria por invalidez apenas ao segurado que for incapaz e impossibilitado de se reabilitar para o exercício de qualquer atividade que assegure sua subsistência. O proponente ressalta que, devido a essa regra, muitos trabalhadores rurais são excluídos desse benefício, já que, de acordo com as avaliações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), poderiam desempenhar outra atividade, mesmo que completamente diferente da que exerciam anteriormente. O autor informa ainda que as decisões judiciais seriam unânimes em reconhecer o direito à aposentadoria por invalidez nessas situações.



A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Em razão da edição da Resolução da Câmara dos Deputados nº 1/2023, que criou a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, foi determinada a redistribuição do Projeto a essa Comissão, em substituição à Comissão de Seguridade Social e Família, extinta pela mesma Resolução.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 3.292, de 2015, apresentado pelo Deputado Pompeo de Mattos, tem como objetivo alterar a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata do Regime Geral de Previdência Social, para determinar a concessão de aposentadoria por invalidez (atual aposentadoria por incapacidade permanente), no valor de um salário mínimo mensal, para o segurado especial que for considerado incapaz e não passível de reabilitação para o exercício de atividade rural.

Para o autor, muitos trabalhadores rurais enfrentam dificuldades para obter a aposentadoria por invalidez, pois Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) indicaria que esses segurados, mesmo que incapacitados para a atividade que normalmente realizavam, poderiam desempenhar alguma outra atividade, ainda que totalmente diferente da habitualmente exercida no campo.

De forma sintética, segurados especiais podem ser definidos como os pequenos agricultores, pescadores artesanais e extrativistas vegetais que trabalham em regime de economia familiar. A aposentadoria por



incapacidade permanente, antiga aposentadoria por invalidez, é devida ao segurado que for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para atividade que lhe garanta subsistência. Com a aprovação da proposta, bastaria a impossibilidade de reabilitação do segurado especial para atividades rurais.

Em nossa visão, a questão foi examinada de forma percutiente pelo Deputado Juscelino Filho, que nos antecedeu no exame da matéria, ainda perante a Comissão de Seguridade Social e Família, em parecer que não chegou a ser examinado por aquela Comissão e que pedimos vênica para transcrever os seguintes trechos:

As situações concretas que motivaram a apresentação da proposta legislativa de fato devem ser enfrentadas. Afinal, uma reabilitação que não leva em conta as reais possibilidades de redirecionamento laboral do segurado especial afastado permanentemente de suas atividades habituais merece ser reavaliada. A solução proposta, no entanto, pode apresentar alguns problemas, como procuraremos demonstrar.

Em primeiro lugar, a vedação de o INSS reabilitar o segurado especial para atividades urbanas poderia restringir o acesso a profissões com mais ofertas de empregos ou maiores remunerações. Nesse sentido, já se apurou que a renda média do trabalho em área rural é quase 1/3 da renda do trabalho em área urbana¹. Não se deve perder de vista que o tipo de trabalho disponível é variável no território, havendo regiões em que o trabalho no campo é mais comum, ao passo que, em outros locais, predomina a atividade industrial, o comércio de bens e serviços, a mineração, o turismo, entre outros, as quais podem ser consideradas atrativas por muitos segurados especiais.

Por outro lado, a aprovação da norma proposta não garantiria a concessão da aposentadoria por invalidez ao segurado especial, uma vez que o INSS poderia reabilitá-lo para uma outra atividade rural compatível com suas restrições. Ressalte-se que a reabilitação é considerada bem-sucedida quando o trabalhador é capacitado profissionalmente, não constituindo obrigação da Previdência Social a manutenção do segurado no mesmo emprego ou em outro para o qual foi reabilitado, conforme disposto no § 1º do art. 140 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Este dispositivo não significa que se deva ignorar a empregabilidade após a submissão ao Programa de

1 Contag. OS NÚMEROS DOS ASSALARIADOS(AS) RURAIS. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=385&ap=1&nw=1>>.



Reabilitação, considerado pelo próprio INSS como “um ponto importante a ser avaliado”², uma vez que são obrigatórios o acompanhamento e a pesquisa de fixação no mercado de trabalho, os quais têm por finalidade a comprovação da efetividade do processo de reabilitação profissional, conforme inciso IV do art. 137 e § 3º do art. 140 do Decreto nº 3.048, de 1999.

*Assim, pensamos que a solução para o problema considerado pelo projeto de lei em análise, qual seja, a reabilitação de segurados especiais para profissões totalmente desconexas de suas realidades, não é a concessão de aposentadoria por invalidez, mas uma melhor execução da política de habilitação e reabilitação profissional, as quais, conforme art. 89 da Lei nº 8.213, de 1991, devem fornecer ao beneficiário “os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e **do contexto em que vive.**”*

É de se destacar, ainda, que a Constituição Federal veda no §1º de seu art. 201, a adoção de requisitos e critérios diferenciados de aposentadoria, excetuados os casos de pessoas com deficiência e de pessoas que exerçam atividades em condições especiais que prejudiquem a saúde e os previstos no próprio texto constitucional, a exemplo da idade diferenciada de aposentadoria do trabalhador rural.

Assim, salvo melhor juízo, caso se venha a adotar para os trabalhadores rurais o critério de aposentadoria por invalidez baseado na impossibilidade de exercício da atividade que habitualmente exercia, ou seja, da atividade rural, por coerência com o princípio constitucional da vedação de critérios diferenciados, tal direito também deverá ser estendido aos trabalhadores urbanos que, eventualmente, poderiam requerer aposentadoria por invalidez na premissa de que não conseguem mais desenvolver sua atividade habitual.”

Após a apresentação do referido Parecer, em julho de 2019, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a qual modificou o § 1º do art. 201 da Constituição para vedar a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição específicos para segurados com deficiência e segurados cujas atividades sejam exercidas com

² INSS. Op. cit. p. 37.



efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes. A modificação não altera o fundamento de que são vedados requisitos diferenciados em outras hipóteses, inclusive para a aposentadoria por incapacidade permanente.

Ressalte-se, ainda, que há determinadas situações em que o segurado sofre certas lesões, ainda jovem, que o impedem de realizar suas atividades laborativas habituais na atividade rural. Caso se vede a realização de reabilitação profissional desse trabalhador, a consequência será o pagamento de um benefício por muitos anos, ainda que esse trabalhador tenha plenas condições, físicas e psicológicas, de exercer outras atividades laborais.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que os dispositivos que preveem a obrigatoriedade de acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho do segurado reabilitado estão contidos apenas em Regulamento. A fim de assentar a posição de que a reabilitação profissional não pode ser executada de forma desconectada do contexto social do trabalhador, propomos que tais dispositivos sejam incorporados pela Lei nº 8.213, de 1991, na forma de Substitutivo.

Diante dessas considerações, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2015, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada **ROGÉRIA SANTOS**
Relatora

2023-15644



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.292, DE 2015

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre as funções básicas do processo de habilitação e de reabilitação profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 89 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89 A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas com deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive, por meio das funções básicas de:

I - avaliação do potencial laborativo;

II - orientação e acompanhamento da programação profissional;

III - articulação com a comunidade, inclusive para reabilitação física dos segurados que cumpriram os pressupostos de elegibilidade ao programa de reabilitação profissional, com vistas ao reingresso no mercado de trabalho; e

IV - acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho, de caráter obrigatório, com a finalidade de comprovação da efetividade do processo de reabilitação profissional.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada **ROGÉRIA SANTOS**
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI Nº 3.292, DE 2015

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.292/2015, com Substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Rogéria Santos.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Fernando Rodolfo - Presidente, Filipe Martins e Rogéria Santos - Vice-Presidentes, Amanda Gentil, Chris Tonietto, Clarissa Tércio, Dr. Jaziel, Erika Kokay, Laura Carneiro, Marcos Pollon, Pastor Eurico, Pastor Sargento Isidório, Andreia Siqueira, Capitão Alberto Neto, Cristiane Lopes, Dr. Zacharias Calil, Flávia Moraes, Pastor Diniz, Prof. Paulo Fernando e Romero Rodrigues.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado FERNANDO RODOLFO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO
AO PROJETO DE LEI Nº 3.292, DE 2015**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre as funções básicas do processo de habilitação e de reabilitação profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 89 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89 A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas com deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive, por meio das funções básicas de:

I - avaliação do potencial laborativo;

II - orientação e acompanhamento da programação profissional;

III - articulação com a comunidade, inclusive para reabilitação física dos segurados que cumpriram os pressupostos de elegibilidade ao programa de reabilitação profissional, com vistas ao reingresso no mercado de trabalho; e

IV - acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho, de caráter obrigatório, com a finalidade de comprovação da efetividade do processo de reabilitação profissional.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de dezembro de 2023

Deputado **FERNANDO RODOLFO**
Presidente

